AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

NOVAS TECNÓLOGIAS E EDUCAÇÃO:
COMO LEVAR O ALUNO A CONHECER E UTILIZAR CORRETAMENTE OS RECURSOS DIGITAIS EM SALA DE AULA?

AUTOR: **ROBERTA MESSIAS COSTA**

RESUMO

Este estudo de caso consiste em levar a reflexão sobre a necessidade de repensar a forma de introduzir o uso das novas tecnologias no cotidiano escolar. Pretende-se também analisar como o sistema educacional, junto aos profissionais de ensino podem trabalhar a tecnologia, de modo que, a mesma promova conexões saudáveis e produtivas, dentro e fora do ambiente escolar. Para tanto, busco fundamentação teórica, nos autores: FREIRE (1987); SOUZA e GIGLIO (2015); PAVÃO e ROCHA (2017); CAMPILONGO (2017), dentre outros. Tais autores foram de extrema relevância, para mostrar que a tecnologia tem como uma de suas funções, agregar novos saberes e alicerçar as bases para a formação do ser humano.

Palavras-chave: Sociedade tecnológica. Educação. Processo de ensino-aprendizagem. Formação integral do aluno.

Introdução

As Novas Tecnologias da Informação são essenciais ao desenvolvimento do aluno em variados aspectos da vida, uma vez que proporcionam a busca pelo aprofundamento em pesquisas e auxilia o professor em seu planejamento diário e no repasse de conteúdos didático-pedagógicos. Porém, percebe-se a necessidade de reestruturação no uso da tecnologia nos diferentes segmentos do ensino para conectar o aluno de forma segura, de modo, a favorecer o processo de ensino-aprendizagem e formá-los para os meios sociais.

A criação conjunta do Projeto Político Pedagógico (PPP), que se constitui em documento essencial para estabelecer as diretrizes que uma escola pretende seguir, é ação preliminar para promover em toda comunidade escolar, a reflexão sobre que caminhos a escola pretende trilhar em todos os aspectos necessários, para atender as novas tendências da sociedade. Por isso constitui numa forma promissora para atender as singularidades e especificidades do aprendiz em acordo com a demanda e dentro de normas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC/2019), portanto, as metodologias ativas e o uso correto de recursos que estimulem o ensino, ajuda a formar o aluno para a vida, evitando não somente o uso irregular dos aparelhos tecnológicos, assim como linguagens não aceitáveis e que produzem diferentes tipos de violência.

A violência nos ambientes escolares nas últimas décadas, é um problema que requer diariamente um novo olhar, pois além dos estigmas proporcionados quando os meios tecnológicos são usados de forma agressiva, também minimizam as possibilidades de um aprendizado eficiente e formador, haja vista que, a cada dia, recursos são criados e; os mesmos, em muito favorecem para a ação do aprender.

Por isso, a proposta é a criação de um Projeto (Re)educador com base nas novas tecnologias, o que significa contribuir para o aprendizado, mantendo o aluno conectado e;

não simplesmente, impedindo o uso do celular, o mais comum usado pelos alunos em sala de aula.

Também, trabalhar o aluno nos aspectos emocionais, afetivos e interativos (etc.), mostrando os prós e contras das tecnologias, isto é, que se constitui de extrema utilidade quando usada de forma correta e, que pode ser motivo de violência se não estiver dentro das regras sociais.

Portanto, o tema vem a se justificar, quando demonstra que é preciso haver Projetos Integradores que conecte o alunado à realidade tecnológica dentro dos padrões exigidos pelo sistema educacional e social. No entanto, as informações e práticas educadoras podem acontecer em contraturnos; ou até mesmo, com o uso de recursos digitais – vídeos, *Podcasts*, etc., na sala de aula, gerando a possibilidade de o aluno debater e mostrar o aprendizado adquirido, assim como, aprender a se utilizar corretamente dos meios digitais.

A problemática volta-se para: como levar o aluno a conhecer e utilizar corretamente os recursos digitais em sala de aula?

Neste pensar, é relevante mencionar que a escola é o lugar onde se deve propagar os novos recursos tecnológicos e não os tornar motivos de impedimento para o aprendizado, pois, é esta, a instituição que tem se abastecido dos conteúdos didático-pedagógicos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem e a formação integral do aluno, para os diferentes meios sociais, com base nos sistemas educacionais.

1. Descrição do caso

O presente projeto tem como finalidade apresentar que a Educação como um direito do cidadão vai muito além do ambiente escolar, por isso, a escola como lugar que se ensina e aprende, precisa colocar o alunado dentro das novas demandas exigidas pelos meios

sociais e mercado de trabalho, cabendo aos órgãos governamentais com os profissionais educadores se habilitarem para propor condições dignas de acesso ao espaço tão essencial à formação do aluno.

Portanto, as escolas podem contribuir com o alunado por meio da criação conjunta do Projeto Político Pedagógico, onde as ações devem estar, principalmente, direcionadas a ensinar o estudante a conectar-se com o universo virtual, indo além do que as mídias digitais propõem, que muitas vezes, não contribui para a formação do ser humano e gera a violência emocional, física e verbal, dentre outras.

É indispensável, favorecer as pesquisas, para com isso, ensinar o aluno a discernir acerca de como se apropriar dos recursos digitais em favor da formação e obter um saber de que a tecnologia é amplamente necessária e tem de estar presente no ambiente escolar, porém, cabe ao aluno, aprender a utilizar de forma correta dentro desse espaço e a comunicar-se fora dos muros da escola (SOUZA e GIGLIO, 2015).

Mencionando que, se não ocorrer uma organização direcionada a resgatar o aprendizado do aluno dentro das novas perspectivas tecnológicas que é realidade de todos os seres humanos e continuará a ser, o impedimento poderá levar o aluno a uma formação fora do contexto social o que refletirá na exclusão, dentro e fora do espaço escolar, pois, independente de classe social a maioria das famílias de crianças e adolescentes, em especial, da escola pública e vulneráveis, tem um membro familiar com pelo menos um aparelho celular, logo, desconectar o aluno é causar-lhe o afastamento dos recursos de aprendizagem na sala de aula e o despreparo para a convivência nos meios em que participa (SOUZA e GIGLIO, 2015).

Destacando que, a exclusão social sempre irá caminhar contra as propostas da cidadania, isto é, igualdade, qualidade na educação, equidade, saúde e *bem-estar-social*, implicando em índices significativos de exclusão/evasão do ensino na trajetória

educacional, o que se tornará um desafio ainda maior para propor educação de base e melhorar as condições de muitas crianças e adolescentes que já são marginalizados pela classe social, etnia, religião, gênero, dentre outros.

Freire (1987, p.6) em a Pedagogia do Oprimido evidencia que,

"[...] uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosos que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. Ao contrário, uma nova pedagogia enraizada na vida dessas subculturas, a partir delas e com elas, será um contínuo retomar reflexivo de seus próprios caminhos de liberação; não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos: "método", "prática de liberdade", que, por ser tal, está intrinsecamente incapacitado para o exercício da dominação. A pedagogia do oprimido é, pois, liberadora de ambos, do oprimido e do opressor. Hegelianamente, diríamos: a verdade do opressor reside na consciência do oprimido [...]".

Freire (1987) em seus escritos, evidencia a necessidade de ensinar àqueles que fazem parte de uma ideologia de impossibilidades a ter acesso à novos saberes, sendo que somente se tornará possível a partir do momento em que houver práticas pedagógicas libertadoras e não opressoras, Por isso, a criança e o adolescente - aluno, inserido num ambiente escolar, não pode deixar de ter acesso aos recursos tecnológicos, mas sim, ser ensinado a utilizar-se dele para agregar novos saberes e poder ser incluído nos meios sociais como capaz e; não reconhecido como o fulano da classe vulnerável de uma escola pública, que por motivos ainda não muito investigados, encontra-se proibido de usar o celular em sala de aula, logo, distante de conhecer os benefícios e malefícios da sociedade digital.

Em meio a este pensar, surge nova problemática: o professor que não permite por

questões já determinadas, o uso do celular em sala de aula como fonte agregadora de saber, também não está sendo excluído do aprendizado com as novas tecnologias?

Portanto, é relevante pensar as questões nas quais envolvem a conexão do aluno com o universo virtual, cabendo aos profissionais educadores, apresentarem que o recurso em muito contribui para o ato de aprender, mas precisa ser usado de forma correta, o que deixa claro que, a escola é o lugar que tem a capacidade de expandir os conhecimentos dos alunos acerca do digital.

Neste sentido, a proposta se reafirma como fundamental, por meio da criação de um Projeto - (Re)Educador, o que significa uma retroação do aprendizado, com propostas educativas que trabalhem o aluno nos aspectos emocionais, afetivos, interativos, logo, minimizem as agressões dentro e fora do espaço escolar e; que a instituição busque a colocar em prática a equidade e qualidade do ensino, assim como, ter estratégia associadas aos novos recursos digitais, que são apresentados cotidianamente, para servir de apoio aos educadores e aproximar o aluno da sociedade digital, de forma que o leve a separar, o que agrega no aprendizado em relação ao que gera a violência de todos os tipos (MOROZO e FELIX, 2022).

A proposta de um Projeto (Re)Educador, é citada como forma de despertar atenção, também para a formação continuada docente, assim como, dos demais profissionais educadores para atender com qualidade o processo de ensino-aprendizagem dos alunos dos dias de hoje, que apresentam a necessidade de aprender acerca das novas tecnologias e utilizá-la em favor próprio e do outro, isto é, daquele que também se conecta e espera que os recursos ofertados pelas diferentes mídias sociais sejam para a formação e não a agressão que se dá de todos os tipos e, promove a violência, que muitas das vezes, afeta o emocional de tal forma, desconstruindo a importância do digital como meio de comunicação, aprendizado, inovação e elevação dos saberes.

Sem deixar de citar que, desde as últimas duas décadas, o país vem passando por uma mudança em termos tecnológicos (inovação), confrontando-se diretamente com os aspectos econômicos e sociais, principalmente, ao se tratar das escolas públicas, pois a maioria não tem disponibilizado laboratórios de informática para o atendimento dos docentes e muito menos, para propor o ensino por meio das tecnologias ativas aos alunos, comprometendo os acessos dos estudantes aos saberes que exigem recursos tecnológicos para aprender, seja na vida pessoal, escolar ou social, o que promove a ausência do alcance das perspectivas de atendimento aos sujeitos em construção, com o uso das novas tecnologias (PAVÃO e ROCHA, 2017).

Mencionando que, todos os setores sociais e a Educação, em especial, precisa estar acompanhando essas transformações para preparar o alunado, pois as novas tecnologias e métodos, tem como proposta adequar o sujeito à realidade em que perpassa a sua vida. Destacando, também que, os ensinos remotos e híbridos precisam estar na atenção dos educadores de forma geral, isso porque as instabilidades sociais mostram a cada dia que essas estratégias têm suportes favoráveis que podem ser associadas ao aprendizado em sala de aula ou fora dele, para contribuir na satisfação ao ato de aprender e minimizar os estigmas causados pelo afastamento da instituição escolar nos períodos de Pandemia Covid-19 (PAVÃO e ROCHA, 2017).

Neste prisma, a (Re)educação social com fins a levar o alunado a ter mais acesso as novas tecnologias e manter-se conectado de forma a aprender e ter lazer em acordo com as regras sociais (sem violência), se constitui em uma estratégia eficiente para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, que pode ser dado conforme mencionado anteriormente nos contraturnos, com os alunos e os docentes por meio de cursos.

Ressaltando, a utilização de métodos inclusivos dentro de sala de aula com o recurso que o aluno dispõe, no geral o celular. O que se precisa é criar alternativas que possam ser

dadas com práticas pedagógicas apoiadas em metodologias ativas, de maneira a ensinar o aluno a utilizar o digital corretamente e manter-se conectado para atender as próprias exigências (facilidades cotidianas) e a ação social, isto é, estar dentro das conectividades essenciais na sociedade digital.

2. Considerações Finais

Minha experiência prática em escola pública, onde se torna perceptível que a tecnologia quando não utilizada para conectar o aprendiz ao universo formador, frente aos meios sociais, produz estigmas; que muitas das vezes, geram conflitos entre os próprios estudantes e levam uma parcela significativa a baixa autoestima, pois dependendo dos traumas causados no outro, as rupturas na ação de aprender, minimizam as possibilidades de produção de conteúdos que os meios digitais oferecem para inovar, elevar e ensinar dentro dos aspectos saudáveis e aceitáveis exigidos pelo sistema educacional.

A tecnologia, é um recurso indispensável nos dias de hoje para ensinar e propagar novos saberes, porém, torna-se de suma relevância que haja diálogos sobre a permissão do uso durante as aulas que requerem o aparelho celular, *notebooks* etc., pois, este é indispensável, mesmo diante da lei criada para proibir o uso na sala de aula. É relevante deixar claro que, os recursos serão cada vez mais utilizados por todos os seres humanos, independente de idade, raça, religião, classe social etc.,

Também, é válido mostrar que, não haverá uma forma de inibir a presença de recursos tecnológicos no ambiente escolar, mas, sim, controlar quando as aulas exigirem pesquisas, portanto, uma ação promovida pelo diálogo com estudantes de diferentes idades/séries, pode trazer muitos benefícios nas conexões feitas por eles e apresentar que apesar de estar proibido o uso, a tecnologia é um benefício e quando usada de forma

saudável, pode em muito melhorar o processo de aprendizagem e a formação do aprendiz para lidar em diversos campos sociais.

3. Referências Bibliográficas

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC-2019. Disponível em: . Acesso em 17 de ago. 2023.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro, e FREIRE, André Luiz. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo I (recurso eletrônico): Teoria Geral e Filosofia do Direito. Coords. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro Gonzaga, André Luiz Freire- São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Recurso eletrônico World Wide Web.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Paz e Terra, 1987.

MOROZO; Luís Fernando; FELIX, Sylvia (Orgs.). A tecnologia na educação em tempos de pandemia: propostas e vivências [Recurso Eletrônico]/Organizadores Luís Fernando Marozo, Sylvia Felix. – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; ROCHA, Karla Marques. Tecnologias Educacionais em Rede: Produtos e práticas inovadoras. Santa Maria Editora Experimental pE.com UFSM 2017.

SOUZA, Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (Org.). Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. [Livro eletrônico] / organizado por Márcio Vieira de Souza e Kamil Giglio. - São Paulo: Blucher, 2015.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; ROCHA, Karla Marques. Tecnologias Educacionais em Rede: Produtos e práticas inovadoras. Santa Maria Editora Experimental pE.com UFSM, 2017.